instituição pública ou privada, à exceção de:

- I – participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções do magistério;
 - II – participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com ensino, pesquisa ou extensão;
 - III – percepção de direitos autorais correlatos;
 - IV – colaboração esporádica ou não habitual em atividades de sua especialidade.
- § 2º A concessão de regime de dedicação exclusiva – será regulamentado pelo Conselho Superior, com a quantidade de vagas condicionada à necessidade e ao orçamento anual da Instituição.
- § 3º O regime de dedicação exclusiva será concedido somente a portadores de título de Mestre e Doutor, ou a docente com pesquisa científica reconhecida pela comunidade acadêmica e científica.

Art. 15. Serão estabelecidos, em regulamento, pela Câmara Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a carreira de Magistério Superior:

- I – os critérios para concessão, fixação e alteração dos regimes de trabalho dos docentes;
- II – o processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes;
- III – as disposições sobre a carga horária de trabalho efetivo dos professores em gestão acadêmico-administrativa.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 16. O desenvolvimento funcional dos cargos do magistério superior dar-se-á através de progressão e de promoção.

§ 1º Progressão consiste na movimentação do professor do nível em que se encontra, para outro imediatamente superior, dentro da respectiva classe.

§ 2º Promoção consiste na elevação do Professor à classe imediatamente superior àquela a que pertence.

Art. 17. O desenvolvimento funcional fica, em qualquer caso, condicionado a existência de vaga no nível ou classe e também ao atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- I – comprovação da qualificação mínima exigida para o provimento da classe, na forma prevista no artigo 12;
- II – esteja em efetivo exercício funcional das atribuições do cargo;
- III – não esteja em disponibilidade ou no exercício de mandato eletivo, ressalvado os casos previstos na legislação;
- IV – não tenha, nos últimos doze meses, estado em licença para tratar de interesse particular ou se afastado, a qualquer título, sem ônus para os cofres públicos do Estado do Piauí;
- V – não ter sofrido pena disciplinar, excetuada a de advertência, nos últimos dois anos;

Art. 18. É vedado desenvolvimento funcional do Professor Universitário durante o estágio probatório, exceto ao final, quando poderá ser deferida uma movimentação de nível.

Parágrafo único. Toda a movimentação relativa ao desenvolvimento funcional do Professor será motivada por escrito pela autoridade ou órgão competente, sob pena de nulidade.

Art. 19. Os processos de desenvolvimento funcional serão realizados pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA e apreciados pelos Conselhos de Unidades Universitárias e pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD.

Parágrafo único. A homologação e o acompanhamento dos processos de desenvolvimento funcional será de competência da Câmara Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 20. O ato de desenvolvimento funcional será declarado nulo quando não observar às disposições legais ou regulamentares pertinentes.

Art. 21. Aplicam-se subsidiariamente aos Professores da UESPI as disposições relativas ao provimento previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado.

Seção II Progressão

Art. 22. A progressão entre os níveis da mesma classe ocorrerá após o cumprimento de um interstício mínimo de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho.

Seção III Promoção

Art. 23. A promoção dependerá do preenchimento simultâneo das seguintes condições:

- I – adequação a data de promoção, na forma estabelecida pelo Conselho Universitário;

II – obtenção do título:

- a) de mestre, para a promoção de Professor Auxiliar para Professor Assistente;
 - b) de doutor, para a promoção de Professor Assistente para Professor Adjunto.
- § 1º O título de Doutor é exigência mínima para ingresso na classe de adjunto e de mudança para essa classe.
- § 2º Não haverá promoção para a classe de professor titular.

TÍTULO IV DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DAS VANTAGENS REMUNERATÓRIAS

Art. 24. O vencimento, a remuneração, a gratificação pelo exercício de cargo ou função de direção, chefia e assessoramento, a gratificação natalina, o adicional por tempo de serviço, o adicional de férias e as indenizações das Carreiras do Magistério Superior são disciplinados, no que couber, pelo Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado e pela Lei Complementar 33, de 15 de agosto de 2003.

Art. 25. O vencimento das Carreiras do Magistério Superior é fixado por classe e nível, tendo como referência o vencimento do professor Auxiliar nível I, em Regime de Trabalho de Tempo Parcial (TP), conforme as Tabelas do Anexo Único.

§ 1º A regência atualmente percebida pelos Professores de Magistério Superior fica absorvida pelo vencimento.

§ 2º A diferença de vencimento é de 5% (cinco por cento) entre os níveis de uma mesma classe e de 10% (dez por cento) entre as classes.

§ 3º Fica vedada a concessão das vantagens absorvidas, na forma deste artigo, ou de vantagens com idêntico fundamento ou finalidade.

Art. 26. Fica proibida a concessão e o pagamento de qualquer vantagem remuneratória não referida nesta Lei.

Art. 27. Além do vencimento, às Carreiras do Magistério Superior é devido:

- I – gratificação de incentivo à titulação, variável de acordo com a classe e o nível, na forma das Tabelas do Anexo Único desta Lei;
- II – indenização para o traslado.

Art. 28. A indenização para o traslado será concedida ao Professor para compensar as despesas com passagens no início e na conclusão de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, fora do Estado.

Parágrafo único. Poderá ser concedida também a indenização para a apresentação de trabalhos científicos em Congressos ou eventos, na forma disciplinada em resolução interna e de acordo com ato do Reitor.

CAPÍTULO II DAS FÉRIAS

Art. 29. Aos docentes, em efetivo exercício de magistério, serão concedidos quarenta e cinco dias de férias a cada ano.

CAPÍTULO III DAS LICENÇAS

Art. 30. Além das licenças previstas no Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado, será concedida aos Professores da UESPI licença para a realização de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Art. 31. Sem prejuízo da remuneração, será concedida licença para realização de mestrado e doutorado, respectivamente pelo período de dois a três anos ou de três a quatro anos ou por período superior, conforme deliberação da CAPES, garantindo-se ao Professor:

- I – afastamento integral dos docentes, inclusive se estes se fizerem na própria instituição ou cidade onde o docente trabalha;
- II – indenização para o traslado.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Universitário deliberar sobre a licença.

Art. 32. O Professor a quem tiver sido concedida a licença deverá permanecer em atividade na UESPI por igual período que esteve afastado da docência, sob pena de ter de ressarcir ao erário estadual o valor das remunerações recebidas durante o afastamento.

Parágrafo único. Também deverá haver ressarcimento nos casos em que a dissertação ou a tese não for defendida no período do afastamento.

CAPÍTULO IV DA CAPACITAÇÃO DOCENTE

Art. 33. A capacitação constitui direito dos docentes e objetivará o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes, compreendendo programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e outras atividades técnicas, científicas e culturais vinculadas ao programas de capacitação previsto nesta Lei.

Parágrafo único. A UESPI terá, na forma de resolução, um Plano de Capacitação e Planos e Programas Institucionais ajustados ao Plano Nacional de Capacitação Docente.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES DISCIPLINARES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Aos Professores de Magistério Superior, aplicam-se as disposições previstas no Título IV – Do Regime Disciplinar, e no Título V – Do Processo Administrativo